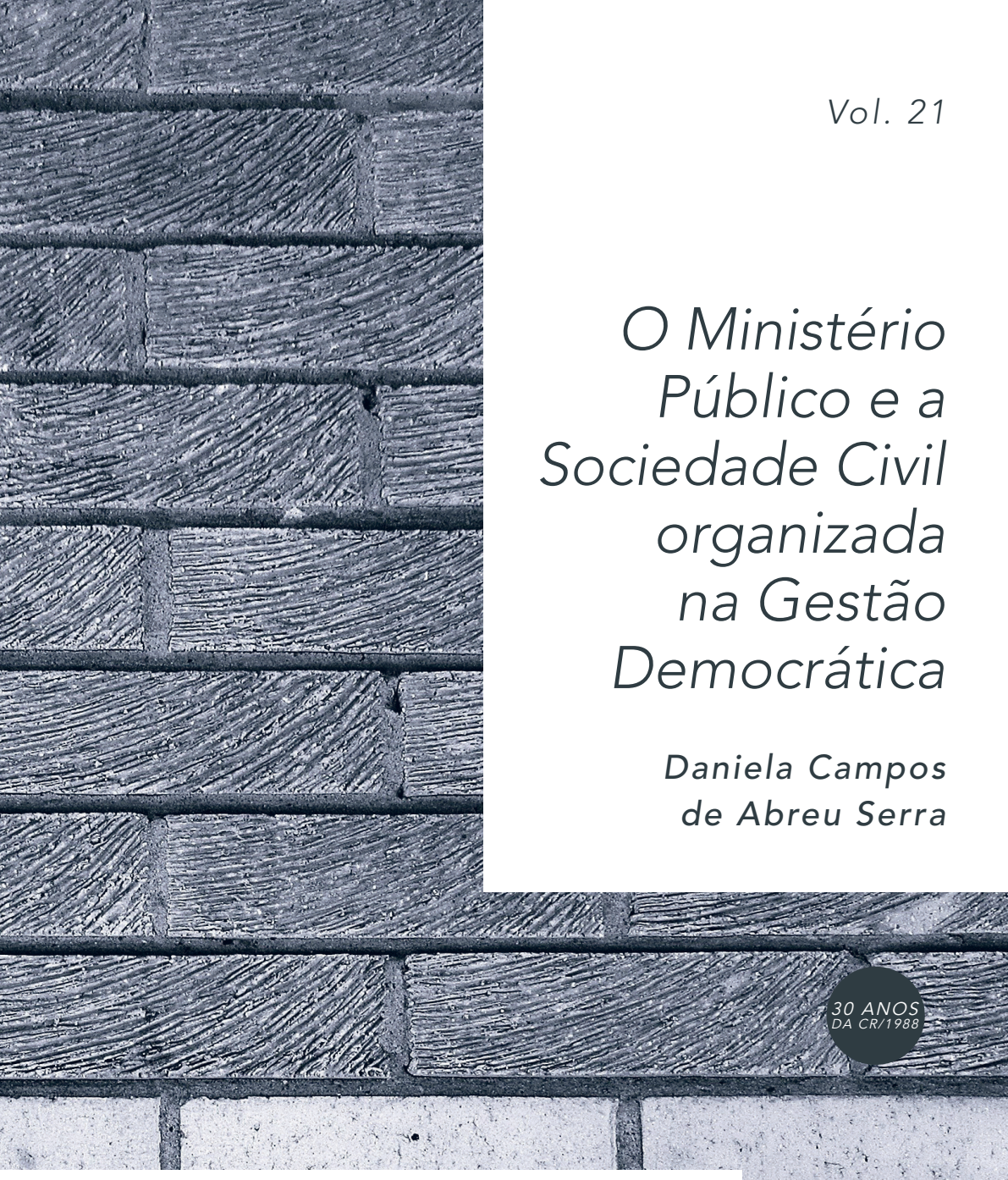

Vol. 21

O Ministério Público e a Sociedade Civil organizada na Gestão Democrática

Daniela Campos de Abreu Serra

30 ANOS DA CR/1988

Coleção
Direitos fundamentais e acesso à justiça no estado constitucional de direito em crise

Coordenador:
Gregório Assagra de Almeida

editora D'PLÁCIDO

O Ministério Público e a Sociedade Civil organizada na Gestão Democrática

Vol. 21

O Ministério Público e a Sociedade Civil organizada na Gestão Democrática

Daniela Campos de Abreu Serra

Coleção
Direitos fundamentais e acesso à justiça no estado constitucional de direito em crise

Coordenador:
Gregório Assagra de Almeida

editora D'PLÁCIDO

Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, Daniela Campos de Abreu Serra.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Enzo Zaqueu Prates
Nathalia Torres
Imagem por Andrew Buchanan via Unsplash

Diagramação
Nathalia Torres

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007

W W W . E D I T O R A D P L A C I D O . C O M . B R

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

SERRA, Daniela Campos de Abreu.
O Ministério Público e a Sociedade Civil organizada na Gestão Democrática - Coleção Direitos fundamentais e acesso à justiça no estado constitucional de direito em crise - Coordenação: Gregório Assagra de Almeida - Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.
168 p.

ISBN: 978-65-80444-29-8

1. Direito. 2. Direito Fundamental 2. I. Título.

CDD340 CDU340

AGRADECIMENTOS

Quanto mais me debruço no estudo e prática restaurativos, mais valorizo a gratidão, mas sempre nesse momento, tememos que a memória falhe e cometamos alguma injustiça. No meu caso, nessa obra, com mais razão, pois devo agradecimentos a pessoas e instituições que foram importantes na realização do trabalho em dois momentos muito diferentes e separados por mais de uma década. Agradeço a Deus e aos Anjos de Luz que estão comigo na caminhada por me fazerem acreditar no ser humano e que sempre vale a pena, ainda que as pedras no caminho pareçam intransponíveis.

À minha avó Norma Mazzoni, a quem sou grata por ter me ensinado pelo exemplo a ser uma mulher independente e reconhecida pelo trabalho árduo e pela honestidade. Tenho certeza que ainda poderemos conviver muito pelas paragens divinas. À minha mãe, Gelse Mazzoni Campos, por ter me dado a vida e pela criação livre das amarras e padrões tradicionais. Aos meus pais, Oscar e Adelmo, por terem feito o que a vida permitiu na árdua missão de ser pai de uma "menina" que tem muita dificuldade em receber ordens.

Agradeço aos meus irmãos Miguel, Otavio, Luiz Augusto, Davi, Marília, Adelmo Neto e Guilherme pela parceria na irmandade e por me permitirem viver os novos arranjos familiares e sentir que o amor entre irmãos transcende os padrões tradicionais da família nuclear. E às minhas cunhadas Letícia, Luciana, Lucila, Luciana, Bruna e Joana, por serem companheiras destes homens tão importantes na minha vida. Aos meus sobrinhos Gabriel, Luiza e Ayla, gratidão por me mostrarem em pequenas atitudes que a nova geração do século XXI é que vai dar o salto evolutivo necessário para sobrevivência da espécie humana.

Gratidão à psicóloga Alyne Scofield por me auxiliar a manter minha sanidade mental no enlouquecedor cotidiano do século XXI e por despertar em mim o interesse pelo conhecimento teórico da Psicologia.

Agradeço aos meus amigos da "Galera do Anglo" e da UNESP Franca, às minhas amigas da "República Sobrado" e do "Revolução Circular", por mostrarem que a verdadeira amizade não tem valor financeiro, mas é a maior riqueza que podemos acumular na vida.

Gratidão a minha orientadora na pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na UNESP, Dra. Claudia Maria Daher Cosac, primordial na indicação da bibliografia e na construção do instrumental da pesquisa. Às companheiras de pesquisa Jucimeire Ligia Pereira e Marcia Intrabartollo e à revisão ortográfica da querida Elizabeth Bryan, sem o auxílio e amizade de vocês não teria chegado à conclusão da Dissertação.

Agradeço também ao CONPPAC/RP e à ONG Vivacidade por, à época da pesquisa realizada no Mestrado, terem permitido debruçar-me sobre a complexidade envolvida na análise da participação da sociedade civil na gestão urbana democrática e o papel da proteção do patrimônio cultural como perspectiva estratégica na formação de cidadãos politicamente ativos.

Ao Promotor de Justiça paulista, Dr. Marcelo Pedroso Goulart, por ter me mostrado na prática a potencialidade de atuação do Ministério Público na transformação social junto com a sociedade civil à época em que minhas lutas eram via movimento ambientalista, mas também por todo conteúdo teórico institucional que me auxilia a refletir e potencializar minha capacidade de atuar como agente de transformação social.

Gratidão ao meu mestre e conterrâneo institucional, Dr. Gregório Assagra de Almeida, por todo conhecimento científico institucional produzido e pelo convite desafiador para modificação da Dissertação de Mestrado para publicação dessa obra na Coleção "Direitos fundamentais e acesso à justiça no estado constitucional de direito em crise", que tanto me honrou.

Agradeço ao Ministério Público de Minas Gerais, nas pessoas dos Procuradores-Gerais de Justiça desde a minha posse, Dr. Carlos André Mariani Bittencourt e Dr. Antônio Sérgio Tonet, pela estrutura institucional que viabiliza meu trabalho e a todos os meus Colegas que lutam pela concretude da missão constitucional do Ministério Público brasileiro.

Gratidão à Promotora de Justiça do Maranhão, Ana Teresa Freitas, pelo prefácio dessa obra e pelo brilhante trabalho desenvolvido na direção da ENAMP (Escola Nacional do Ministério Público) na formação crítica e no aperfeiçoamento funcional dos integrantes do Ministério Público brasileiro.

Aos Promotores(as) de Justiça, Juízes(as) de Direito, servidores(as), estagiários(as) e terceirizados(as) com quem tive (ou tenho) a honra de trabalhar nas Comarcas do Mato Grosso, Nova Xavantina e Sinop, e nas de Minas Gerais, Águas Formosas, Teófilo Otoni, Uberaba, Itapagipe e Frutal, bem como, nos órgãos de apoio CREDCA/VJM e CAODCA/PROEDUC.

Aos integrantes do CEJUSC de Frutal e do Conselho Municipal do Idoso de Frutal, pelas atuais possibilidades de trabalho através dos

mecanismos autocompositivos, das práticas restaurativas e da indução de políticas públicas.

Agradeço ao Coletivo Transforma MP e a todos os associados por existirem e por renovarem minhas forças para continuar a caminhada no fortalecimento do Ministério Público resolutivo com vistas a dar concretude aos objetivos fundamentais da República do Brasil e construir a sociedade brasileira justa, livre e solidária.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu amor e companheiro, Edimilson Carlos de Mello, por ter mudado minha vida, pelas reflexões políticas, pelo aconchego, pelas brincadeiras despretensiosas, pela companhia nas viagens e por saber ser firme comigo, sem perder a doçura, quando é o momento de colocar ponto final no trabalho.

NOTAS DO COORDENADOR DA COLEÇÃO

Esta Coleção, que é Comemorativa dos 30 Anos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, reúne obras inéditas e importantes que abordam temáticas relacionadas com o Acesso à Justiça e os Direitos Fundamentais no Estado Constitucional de Direito em Crise.

O presente livro, **O Ministério Público e a Sociedade Civil Organizada na Gestão Democrática**, foi escrito pela jurista e Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Daniela Campos de Abreu Serra. O livro é a versão comercial da pesquisa de mestrado realizada pela autora perante o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), sob a orientação da Professora Doutora Cláudia Maria Daher Cosac.

Daniela Campos de Abreu Serra é Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais com uma atuação diferenciada e de grande destaque na efetividade dos direitos sociais fundamentais afetos às suas atribuições.

A autora discorre, no Capítulo I, sobre urbanismo e cidadania sem fronteiras para, em seguida, no Capítulo II, fazer a análise sócio-histórica do ordenamento jurídico brasileiro na gestão do Patrimônio Cultural. No Capítulo III, que é central na pesquisa, Daniela Campos apresenta o Ministério Público como instrumento indutor da gestão democrática (da perspectiva de acesso à justiça à defesa do regime democrático).

Para Daniela Campos é impossível atuar para erradicar a pobreza e a marginalização com base somente no conhecimento jurídico. Conclui a autora que o papel das Escolas Institucionais do Ministério Público é fundamental para uma formação sólida dos membros em uma visão multidisciplinar alinhada ao Projeto Constitucional de combate à pobreza e às causas geradoras de desigualdades sociais.

Gregório Assagra de Almeida
Coordenador e Organizador da Coleção

SUMÁRIO

PREFÁCIO 13

INTRODUÇÃO 17

1. DO URBANISMO À CIDADANIA SEM FRONTEIRAS 25
   1.1. Memória, Cidadania e Educação 25
   1.2. Desenvolvimento Tecnológico e Urbanismo 43

2. ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA 61
   2.1. Breve Histórico Constitucional Brasileiro e o Regime Democrático de Direito 61
   2.2. A Participação da Sociedade Civil na Gestão Urbana 86
   2.3. Patrimônio Cultural: Definições Legais e Percepções Sociais 98

3. O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO INSTRUMENTO INDUTOR DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: DA PERSPECTIVA DE ACESSO À JUSTIÇA À DEFESA DO REGIME DEMOCRÁTICO 115

CONCLUSÃO 153

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 161

PREFÁCIO

Abrir um livro é abrir uma porta de possibilidades, que se ampliam a cada página lida, sentida e assimilada. Inaugurar a leitura da obra *"O Ministério Público e a Sociedade Civil Organizada na Gestão Democrática"*, da autora Daniela Campos de Abreu Serra, que vive, com coragem, o que fala, é um desafio, a expressar, em emoção, admiração e afeto, a luz que irradia de seu texto. Em cada item, que inicia a leitura, a demonstração poética, musicada, em epígrafes selecionadas, a sintetizar o que virá.

Avançar em seu texto é muito mais que apreensão de conteúdo, de pesquisas e de revolução humana e social. É ver a expressão do compromisso, apaixonado e sensível, pela democracia, pelo Ministério Público, pela sociedade organizada, em especial, pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto, que, como sujeitos ativos de um processo de transformação, lutam pelo desenvolvimento sustentável, pela manutenção da memória do município, de seu patrimônio histórico e cultural.

É a autenticidade escrita; verdade expressa pela percepção sentida. É o conhecimento vivido, sonhado, partilhado em ideais. São palavras com vida, com força, que saltam de um exercício humano, reflexivo, crítico e comprometido.

O que nasce da realidade experimentada mostra-se nas linhas e páginas esculpidas pela autora, com a sua fé no Ministério Público e na sociedade civil organizada, participativa e combativa, em defesa de seu patrimônio histórico e cultural.

O livro reflete bem mais que uma parte de sua pesquisa de mestrado, bem conduzida, com escolhas teóricas profundas. Reflete a sua história, seu mundo, suas lutas em Ribeirão Preto - SP, sua caminhada cidadã, ativa, participante, inspiradora. Reflete a sua memória, construída, na sua cidade, que abriga a sua história de vida. Reflete o caminho que a conduziu na promoção da justiça, a integrar o Ministério Público brasileiro.

O percurso das páginas revela o percurso da pessoa humana, da sua descoberta da ONG Vivacidade, dos Conselhos Municipais, da sua descoberta do Ministério Público. Caminho trilhado, destino traçado e vida intensa, em lutas, pela efetividade de direitos constitucionais, pelo desenvolvimento sustentável, pela preservação cidadã da história, da memória e do patrimônio da cidade.

A leitura do livro, em muitas passagens, confunde-se com a leitura das escolhas de sua vida. Lutas que são incorporadas e que passam a compor sua história pessoal, seu patrimônio cultural e humano. A investigação tem sua nascente nos conflitos da pesquisadora, em suas angústias, no que a motiva a sonhar, a combater e a transformar.

A pesquisa multidisciplinar, documental, bibliográfica, de campo, desenvolvida em três capítulos, apresenta registros históricos, fotos, imagens, resgatando a memória e o patrimônio da cidade, perdidos, silenciados, e valorizando o exercício cidadão e democrático a preservá-los. Nas variadas técnicas de pesquisa, com coleta de dados quantitativos e qualitativos, com entrevistas, estruturadas e abertas, com observação simples e participante, o seu esforço incansável.

Quadros, gráficos, atestam, em representações de linhas, números e cores, o conhecimento investigado, produzido. Da realidade científica à valorização da projeção empírica, na experiência transformadora da vida de quem escreve e de quem passa pela pesquisa, de quem a constrói.

Mergulha-se na história contada da cidade de Ribeirão Preto: sua formação, sua cultura, suas desigualdades, sua vida, sua alma! Mergulha-se no espírito atuante da autora, na sua ética e vida de Promotora de Justiça, que fortalece o Ministério Público resolutivo, que pulsa em sua fala.

Para cada capítulo, um desenho, projetado, relembrado, do espaço ambiental, iniciado pela compreensão do urbanismo, da realidade da cidade, de sua historicidade, de sua existência pretérita, em valores vivos, pela incorporação da tríade memória, cidadania e educação, na construção de uma democracia participativa da gestão urbana.

Os fatos, que se incorporam como integrantes da história da cidade de Ribeirão Preto, de sua memória, que emerge nos registros arquitetônicos, naturais, documentais, artísticos e na história partilhada são valorizados e é possível senti-los. Pode-se imaginar a formação da cidade, as lutas da autora, a sua perspectiva científica e metodológica, tentando sempre distanciar-se do seu objeto, já incorporado em sua vida. O plano investigativo escolhido, selecionado e sedimentado, na análise e avaliação de documentos, da gestão democrática e suas representações, é exposto, com cautela, com sensibilidade, e demonstra a profundidade na vivência de observadora, participante desse processo.

No texto a importância do passado, das conquistas, das dores, de cada pedra, sedimentada e abandonada, de cada sonho, realizado e frustrado, para

a representação do que o espaço urbano e cultural da cidade reflete em seus habitantes, na vida que nela cresce, floresce e morre. A memória, a cidadania e a educação demonstram-se essenciais na preservação do passado, para a vida presente e para a projeção do futuro.

Leitura que abraça, entusiasma e sensibiliza a refletir sobre a necessidade de uma política educacional, participativa, que ilumine o ser humano, a sociedade, a organizar-se, a sentir-se integrante de sua cidade e a cuidar da sua memória coletiva, social. Leitura que, em cada linha ultrapassada, reforça o sentimento de preservação do que resiste e de provocação às transformações necessárias.

Memória cidadã, que nasce em quem lê, a rejeitar e a impedir a destruição dos registros históricos, dos bens que integram o tempo do desenvolvimento da cidade, que a sustentam em vida, em imagem e em espaço ambiental, de identificação, cultural e social.

Rompe-se a dualidade homem e cidade, para compreendê-los no mesmo universo, no mesmo percurso histórico, cultural e ambiental. A cidade que integra a vida de seus habitantes e que dela resgatam suas lutas, seu caminho, seu patrimônio sensorial, cognitivo, sua identidade coletiva e social. Uma realidade da cidade, na construção da cidadania, em comunhão dos direitos reivindicados, negados, conquistados.

A sustentabilidade da sociedade é desafiada pelo sistema capitalista, pelas distorções sociais, com a contradição do desenvolvimento tecnológico e seus impactos, em proximidades, informações e distâncias.

A participação democrática na gestão ambiental, na preservação desse rico patrimônio, a partir da leitura histórica, dialética, dos instrumentos constitucionais e normativos, de gestão do patrimônio cultural, é apresentada, com a crítica segura de suas lacunas, de suas dificuldades e do muito que precisa crescer para afirmar-se e contribuir, efetivamente. O fundamental papel do Ministério Público, como propulsor de transformações, de conscientização e na gestão democrática evidencia-se e colore o texto, com a percepção da importância da instituição para a concretização de direitos e no desenvolvimento sustentável.

O patrimônio cultural, material e imaterial, em percepções partilhadas, normatizadas e sentidas, revela-se, em seus conflitos, desafios e projeções, ao longo das páginas. Apreendê-lo, preservá-lo, incorporá-lo, defendê-lo e vivenciá-lo surgem como atitudes na gestão democrática, a ser representada pelo Conselho Municipal de sua Defesa e pelo Ministério Público, em intervenção nas políticas públicas, e como forma de conscientização de sua importância e força.

Os caminhos históricos do constitucionalismo e da democracia no Estado brasileiro, em construções e desconstruções, em rupturas cíclicas, reafirmam, no texto, a necessidade do exercício contínuo, em aprendizado, da gestão democrática.

Para além da crítica instigante, a energia das páginas, das palavras articuladas, que dela decorrem, convidam a transformar, a incorporar valores democráticos, a vivenciar o sentir da cidade, de seu patrimônio histórico e cultural.

Nos bordados das letras, em arte e vida, da cultura, plural, humana, de bens e cores, de realidades e sonhos, os desafios a preservar a sustentabilidade de uma sociedade, em um tempo de crise e de incertezas.

Para as múltiplas sombras surge a estrela em luz, a conduzir aos caminhos participativos, solidários e humanos, desbravando horizontes de consciência ambiental, de consolidação de memórias, coletiva e social, de compromisso com o futuro. A esperança, que alavanca os sonhos e que não espera inerte, mantém-se na realização no mundo real dos direitos em abstração, fundamentais e gestados em um compromisso constitucional constituinte de uma sociedade sustentável. Esperança que a sociedade se organize, que participe, que se levante, que faça a sua parte na preservação dos direitos democráticos, de uma gestão para uma sociedade sustentável. Esperança que o Ministério Público cumpra o seu papel de projetar-se na democracia, na intervenção de políticas públicas, na efetividade da preservação do patrimônio histórico e cultural.

Nesse desejo, nesse sonho real, sopram as letras e frases sentidas, em um projeto democrático, intenso e profundo, que parte da autora, na crença firme em alcançá-lo, que vive, escreve e transforma, registrando-o na memória de quem partilha de seu olhar humano e vibrante.

Suas palavras seguem nos ideais, a inspirar outros e muitos novos ideais e projetos! Seus registros estão no patrimônio vivo, da memória de quem os sentiu e os guardou para experimentá-los! Palavras ganham vida, saem das abstrações! O convite, a provocação é estar na promoção da justiça, na promoção da gestão democrática, na resolutividade das demandas pela sociedade sustentável! Estar em compromisso, determinação e fé. Para que sejam todas e todos luzes, em estrelas, como Daniela Campos, a iluminar o firmamento do Ministério Público e da sociedade brasileira!

Ana Teresa Silva de Freitas
Promotora de Justiça do Maranhão
Professora do Curso de Direito da UFMA
Mestra e Doutora em Políticas Públicas pela UFMA

INTRODUÇÃO

A graduação no curso de Direito, da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Franca, foi a responsável pelos primeiros conhecimentos adquiridos na área jurídica. Em 1999, o início do exercício profissional na advocacia revelou as primeiras inquietações sobre a relação entre a norma abstrata e a realidade concreta.

Em fevereiro de 2000, atendendo a convite de amigos da adolescência, a autora aderiu à associação ambientalista Vivacidade, formada, em sua maioria, por pessoas da área da Arquitetura e Urbanismo, mas, interdisciplinar, com profissionais das áreas de História, Direito e Economia. A participação em uma ONG revelou-se um processo contínuo de percepção sobre o papel do indivíduo na construção social.

A sociedade do terceiro milênio precisa enfrentar a crise socioambiental e garantir a sobrevivência das futuras gerações. A organização da sociedade, com base em suas novas relações com o poder público, é necessária para a elaboração de estratégias capazes de construir o ambiente físico e intelectual para estas novas gerações.

A cultura vem sendo apontada como um importante instrumento de mudança social e, sob esta perspectiva, a preservação do patrimônio cultural passou a integrar o cotidiano da pesquisadora desde fevereiro de 2000, em virtude das atividades desempenhadas na ONG Vivacidade, onde permaneceu até o final de 2006. A participação na ONG e os constantes debates com profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo despertaram o interesse pelo tema "cidade". Na época, já mais familiarizada com os meandros do universo jurídico, a então advogada militante interessou-se pela pesquisa da legislação existente sobre o assunto.

A Constituição Federal de 1988 foi a primeira fonte a ser consultada, por sua própria natureza jurídica de lei máxima do país. O ordenamento

jurídico brasileiro, eivado de complexidade, precisa ser compreendido como um sistema racional e orgânico, composto por normas interligadas, distribuídas entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal), em que não se pode ignorar a hierarquia das leis.

A Carta Magna, ou "Constituição Cidadã", como passou a ser conhecida, representa o pacto político do povo brasileiro e em seu texto estão contidos todos os princípios e garantias fundamentais da sociedade democrática. Quanto mais aprofundava o estudo da Constituição de 1988, mais clara se tornava a percepção da grandeza do instrumento jurídico mais importante do país; no entanto, a gestão do meio ambiente urbano foi se revelando muito mais desafiadora do que a simples garantia linearmente prevista na legislação.

As angústias causadas por esta percepção conduziram à busca pelo conhecimento científico. A prática clama pela teoria, num movimento cíclico, em que a teoria também requer a prática. A representação da ONG conduziu a diversas oportunidades de observação e participação em espaços democráticos, muitos deles envolvendo a gestão urbana. As primeiras oportunidades ocorreram em audiências públicas promovidas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, quando se verificou a existência de dois movimentos distintos, mas interligados: um, em defesa do patrimônio cultural e outro, o ambientalista. Esta constatação gerou vários questionamentos, pois, até então, a consulta à legislação constitucional havia revelado que a proteção do patrimônio cultural integra a defesa do meio ambiente, principalmente o urbano, numa abordagem que não alcança a complexa riqueza da realidade concreta.

Com o passar do tempo, outras oportunidades foram surgindo, como as reuniões do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo e dos Conselhos Municipais, em especial os de Patrimônio Cultural, de Urbanismo e de Meio Ambiente. Em 2003, a participação na I Conferência Nacional de Meio Ambiente foi determinante para a compreensão da necessidade de aprofundamento teórico das questões vividas na prática.

As motivações que levaram à adesão à ONG Vivacidade foram a crença na ineficiência do Estado e a necessidade de intervenção e responsabilização da sociedade pelo enfrentamento da questão social. "Já que o Estado não faz nada, eu vou fazer". A frase ecoava no imaginário como um grito de desespero, mas, ao longo do processo de participação nas esferas democráticas garantidas pela Constituição de 1988, esta visão foi se modificando.

O raciocínio quanto à participação da sociedade, em substituição à atuação do Estado, revelou-se um grande equívoco no decorrer das disciplinas cursadas durante o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP, no período de 2003 a 2006. O conteúdo programático proporcionou o conhecimento teórico necessário à compreensão do papel do Estado, enquanto agente responsável e escolhido para administrar o país e garantir a eficácia dos direitos constitucionais para o povo que representa. Por outro

lado, no exercício do regime democrático direto, garantido pelo artigo 1º da Constituição Federal, a sociedade civil não deve assumir as responsabilidades estatais, mas intervir de forma efetiva no cotidiano da gestão pública, exigindo transparência e colaborando para a eficácia desta gestão.

À medida que foram se ampliando o conhecimento da legislação e a participação em espaços democráticos envolvendo a preservação do patrimônio cultural e do meio ambiente, cresceu o anseio pelo conhecimento científico e o reconhecimento da importância da cultura, como catalisadora de mudanças sociais.

Este conjunto de fatores despertou o interesse pelo tema da investigação realizada no Mestrado: a participação da sociedade civil organizada na gestão do patrimônio cultural da cidade de Ribeirão Preto. Os levantamentos preliminares forneceram subsídios para a delimitação do objeto do estudo, interessando à pesquisa a defesa do patrimônio histórico e cultural local, promovida por meio do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Ribeirão Preto - CONPPAC/RP. A permanência nas atividades da ONG Vivacidade, durante o processo da investigação, e o envolvimento da pesquisadora com o tema, longe de representar um viés, ajudou na visão crítica do objeto de estudo.

O objetivo da Dissertação foi conhecer a estrutura e as formas de ação do CONPPAC/RP, para compreender sua relação com a sociedade civil no exercício da cidadania e na veiculação responsável do desenvolvimento social, partindo de alguns passos: a análise do arcabouço jurídico que fundamenta o Conselho na questão do patrimônio cultural; a reflexão sobre a sua participação ativa na educação da sociedade civil para preservação deste patrimônio; e a expansão do conhecimento sobre a representação do Conselho perante a sociedade civil organizada.

A capacidade do ser humano de raciocinar criticamente sobre o mundo à sua volta é uma das grandes responsáveis pelo alto grau de desenvolvimento tecnológico alcançado até este início do século XXI. Muitos foram os questionamentos que conduziram o processo da investigação: o Conselho Municipal contempla efetivamente o desempenho de suas atribuições previstas pelo ordenamento jurídico? Qual sua representatividade perante a sociedade civil? Os procedimentos jurídicos e sociais do Conselho, por sua vez, atendem às expectativas e necessidades do patrimônio histórico e cultural da cidade de Ribeirão Preto? Até que ponto as normas jurídicas que definem as instituições componentes do Conselho e seus respectivos representantes respeitam o princípio racional da seleção de pessoas, por mérito e conhecimento, sobre as questões do patrimônio histórico e cultural? Os representantes desempenham seus papéis de acordo com a real motivação do exercício da cidadania, com relação à sociedade civil? Veem com clareza os fatores objetivos e subjetivos que perpassam as questões históricas e culturais inerentes à defesa do patrimônio?

O sistema normativo prevê, de forma generalizada e pontual, os instrumentos legais da defesa do patrimônio cultural nos três níveis de governo. No entanto, o artigo 30, inciso IX, da Constituição Federal, inovou ao delegar só aos Municípios a competência para a gestão do patrimônio cultural local. Tendo em vista as exigências lineares, legalmente prescritas nos instrumentos jurídicos, pressupõe-se que a função do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto (CONPPAC/RP) representa uma limitação à educação formal e política da sociedade civil, tanto quanto constrange a sua participação nas questões da defesa do patrimônio histórico e cultural da cidade.

O recorte temporal da investigação ficou estabelecido a partir de 1988, ano da promulgação da Constituição Federal que delega aos Municípios a competência para a gestão do patrimônio histórico e cultural local, até o mês de agosto de 2006, com o término da pesquisa.

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP, Campus de Franca, através das disciplinas e da produção científica possibilitou ampla consulta bibliográfica, necessária ao desvelar do objeto do estudo realizado durante o Mestrado. Desde o início, a pretensão foi lançar um "olhar social" ao ordenamento jurídico, pela angústia cotidiana em torno da ineficácia na implantação dos direitos sociais conquistados ao longo de séculos, no Brasil.

A cidadania evolui num contexto conflituoso, há pelo menos três séculos, na Europa. A conquista e ampliação de direitos civis, políticos e sociais foi gradativa e fruto de um processo eivado de contradições, a partir da lógica capitalista. Esta compreensão só foi possível pela pesquisa científica em Serviço Social.

Os assistentes sociais ressaltam a necessidade de compreender a profissão no contexto do capitalismo e da divisão social do trabalho, com o desafio de não reproduzir o sistema de dominação na prática profissional. O Estado serve aos interesses do mercado e ambos se apropriam da prática da assistência social como uma estratégia de controle.

O Serviço Social surgiu no Brasil na década de 1930, referendado pelo modelo europeu e promovido por setores da burguesia com o respaldo da Igreja Católica, o que lhe conferiu um caráter assistencialista e de reprodução do próprio sistema. Além disto, o país foi marcado por períodos oscilantes entre democracia e ditadura, dificultando a organização da sociedade em busca da conquista de direitos. Existia no país um forte movimento de reconceituação e discussão sobre a identidade profissional do assistente social. A partir da consolidação do regime democrático, na década de 1980, os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social do Brasil se destacaram na América Latina.

A participação interdisciplinar de profissionais liberais na gestão urbana, entre eles o assistente social, é muito importante e enriquecedora. Na cidade, manifestam-se todas as facetas da questão social, mas, além disto, o espaço construído confirma o processo de controle social. O Serviço Social defron-

ta-se hoje com um importante desafio: dialogar com arquitetos e urbanistas, engenheiros, historiadores, juristas, economistas e administradores, na busca de estratégias conjuntas para a construção de cidades sustentáveis, utilizando a memória e a educação para a formação de cidadãos capazes de se organizar em sociedades igualmente sustentáveis. A sociedade brasileira precisa transformar coadjuvantes em protagonistas e este é um dos principais desafios da ciência contemporânea.

Após a aprovação da pesquisa e a obtenção do grau de Mestre, a autora modificou sua área de atuação profissional e foi nomeada para o exercício de cargo comissionado de assessoramento a Promotor de Justiça no Ministério Público do Mato Grosso, o que desvelou um novo universo de atuação: o sistema de Justiça. O conhecimento adquirido durante a Pós-Graduação em Serviço Social foi valioso para a interação necessária entre o Ministério Público e os órgãos públicos da assistência social e muitas das inquietações surgidas durante a pesquisa realizada e que ainda não tinham sido objeto de esclarecimento, passaram a ser refletidas com o auxílio das lentes do Ministério Público brasileiro, instituição que passou a ser vivida pela autora, fomentando o movimento cíclico, em que a teoria também requer a prática.

Aliás, a ânsia pela prática era tanta que toda a produção construída à época, apesar da indicação realizada pela banca examinadora para publicação, a autora não reuniu esforços para tanto, tendo a publicidade da pesquisa sido sua digitalização e inclusão no banco de teses da UNESP que permite a consulta pela internet.

Ainda como servidora e, posteriormente, com a aprovação no LII concurso para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, como Promotora de Justiça, a autora passou a utilizar na prática os conhecimentos teóricos adquiridos durante a Pós-Graduação, contribuindo para o movimento cíclico que deve ser alimentado entre a teoria e a prática, verdadeira práxis revolucionária marxista.

Aprofundar seus conhecimentos sobre a complexidade da questão social é primordial ao integrante do Ministério Público brasileiro, instituição calcada pela Constituição Federal de 1988 para ser o agente político de transformação social e, através dos instrumentos e mecanismos descritos nos Artigos 127 e 129, dar concretude aos objetivos fundamentais da República estabelecidos no Artigo 3º do texto constitucional.

Não é possível atuar para "erradicar a pobreza e a marginalização" utilizando-se exclusivamente do conhecimento jurídico. Impensável aquele que não compreendeu a existência da divisão social do trabalho e a lógica do sistema capitalista atuar de modo a "reduzir as desigualdades sociais e regionais". Daí a importância das escolas institucionais do Ministério Público brasileiro para a formação crítica e o aperfeiçoamento funcional dos seus membros, em especial, dos recém-ingressos, na medida em que tradicionalmente a formação

jurídica brasileira carece de maior aprofundamento sobre o conhecimento teórico das ciências sociais, políticas e filosóficas.

Depois de ter atuado quatro anos nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, dos quais dois foram na Promotoria de Justiça Única da Comarca de Águas Formosas, constituída por sete municípios, sendo dois deles integrantes do Projeto 10Envolver, desenvolvido com os dez municípios mineiros de menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), em cujo território vivem mais de mil índios da etnia Maxakalis em situação de vulnerabilidade, e os outros dois anos na função de coordenação da CREDCA-VJM (Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça de Defesa da Educação e dos Direitos da Criança e do Adolescente dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri), cuja área de abrangência territorial envolve 75 municípios, a autora passou a atuar em Comarca localizada no Triângulo Mineiro nas áreas do patrimônio público, cível e defesa das pessoas idosas e dos deficientes, ou seja, após muita prática, surge o convite para adaptação da Dissertação para publicação desta obra na coleção "Direitos fundamentais e acesso à justiça no estado constitucional de direito em crise", organizada pelo Mestre e conterrâneo, Dr. Gregório Assagra de Almeida.

No capítulo 1 do presente trabalho, "Do Urbanismo à Cidadania sem Fronteiras", foram abordados os variados conceitos de memória, cidadania e educação, e as relações estabelecidas entre elas. Estes conceitos encontram-se contextualizados a partir do desenvolvimento tecnológico e da concentração populacional nas cidades.

No capítulo 2, através da "Análise Sócio-histórica do Ordenamento Jurídico Brasileiro na Gestão do Patrimônio Cultural", foi inserido um levantamento da história constitucional brasileira e do regime democrático de direito, com reflexões sobre a participação da sociedade civil na gestão urbana. Dentro deste enfoque, abordaram-se as definições legais e as percepções sociais do patrimônio cultural.

Os capítulos iniciais sofreram pequenas adaptações relacionadas à atualização temporal desde quando escritos para integrarem a Dissertação, no entanto, o terceiro capítulo cuidava do detalhamento da pesquisa realizada em nível de Mestrado. Assim, a autora descartou o material já produzido e através do conhecimento teórico e da prática relacionados ao Ministério Público brasileiro, produziu um novo para essa obra.

O capítulo 3, "O Ministério Público como instrumento indutor da gestão democrática: da perspectiva de acesso à Justiça à defesa do regime democrático", complementou o material produzido durante a pesquisa realizada na Pós-Graduação para os fins de publicação dessa obra e permitiu perceber como a vivência da autora antes do ingresso no Ministério Público de Minas Gerais influenciou o fazer dela como Promotora de Justiça e marcou sua visão voltada para atuação resolutiva e de constante diálogo com os poderes públicos e a sociedade civil.

A Dissertação foi finalizada afirmando que "todo este processo de conhecimento e compreensão do objeto de estudo acabou por revelar a complexidade das relações estabelecidas em torno da preservação do patrimônio histórico e cultural, demonstrando que o estudo desenvolvido nesta Dissertação é só o começo de uma longa caminhada". Passada uma década da realização da pesquisa e decorridos 30 anos da Constituição Federal de 1988, a principal diferença para a autora é o exercício das funções como Promotora de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, no entanto, se ampliar a visão e pensar nas diferenças existentes no Brasil e no mundo, em especial, quanto ao desenvolvimento tecnológico, tema tratado nesta obra, as diferenças são abissais e dispensam maiores anotações dada a notoriedade do fenômeno.

Ainda assim, apesar de tantas diferenças e da vivência de tantas experiências no trabalho desenvolvido pela autora atuando no sistema de Justiça, talvez somente para não repetir que "é só o começo de uma longa caminhada", porque a sensação é exatamente essa, de que ainda há muito a caminhar, valer-se do paradoxo socrático "só sei que nada sei", parece a saída mais elegante.

A participação da sociedade civil na gestão urbana pode ser exercida nas instâncias dos Conselhos Municipais, bem no sentido do ditado popular "pensar global, agir local", estimulando o processo de organização social urbana, capaz de promover o exercício da cidadania sem fronteiras, pela compreensão da interdependência entre os seres vivos e utilização da tecnologia da informação, no fortalecimento da organização social nos diversos níveis: local, regional, nacional e global. Sob esta perspectiva, é possível perceber a força com que surgem os vários segmentos sociais comprometidos com a construção de sociedades sustentáveis, em que o regime democrático de direito representa a base jurídica necessária e indispensável para a gestão urbana contemporânea.

editora D'PLÁCIDO

ISBN 978-65-80444-29-8
9 786580 444298